

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX/XX**

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, nascida em XX/XX/XXXX, PROFISSÃO, RG n.º XXXXXX, SSP/XXXXX, CPF n.º XXXXXX, filha de **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**, telefones: (XX) XXXXXX / XXXXXX / XXXXX, e-mail XXXXXXXX, e **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, nascido em XX/XX/XXXX, portador do RG n. XXXXXXXX, expedido pelo Ministério da Defesa, e CPF n. XXXXXX, filho de **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**, e-mail XXXXXXXX, ambos residentes na XXXXXXXX, CEP: XXXXXX, vêm, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro nos arts. 5º, LXXIV, e 134, *caput*, da Constituição da República, por ser juridicamente hipossuficiente, nos termos da Lei 1.060/50 e do CPC, a fim de prevenir responsabilidades, nos termos dos arts. 381, II e III, e ss. do Código de Processo Civil, propor a seguinte

PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS

em face do **XXXXXXXX**, inscrito no CNPJ n. XXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXX, CEP: XXXXXX, e-mail: **FULANO DE TAL**, demais dados desconhecidos, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

DOS FATOS

A primeira Requerente é proprietária da unidade nº XX, do XXXXXXXX, sendo o segundo Requerente seu companheiro.

Em **XX.XX.XXXX** houve convocação de assembleia geral para eleição de nova administração do condomínio requerido. O aludido ato ocorreu em **XX.XX.XXXX**, tendo sido eleito o síndico FULANO DE TAL, que é cônjuge da anterior síndica FULANO DE TAL.

O segundo requerido se candidatou para concorrer ao cargo de síndico. Porém, a candidatura foi vedada por ato da então síndica, Sra. FULANO DE TAL, ao fundamento de que o candidato em questão se encontrava em débito com o condomínio, razão pela qual não estaria habilitado para participar do certamente.

Em data anterior à assembleia, o condomínio ajuizou ação de execução (autos nº XXXXXXXX) para cobrança de taxas condominiais devidas, relacionadas aos meses de **XXXXXXX, XXXXXXX, XXXXXX, XXXXXX**, do **ano de XXXX**, e do mês **de XXXXXX de XXXX**. Contudo, em sede de embargos à execução, houve a comprovação, de forma indene de dúvida, que as cobranças relativas aos meses **XXXXXXX de XXXX** e **XXXXXXX de XXXX** estavam devidamente pagas. Os valores dos meses remanescentes foram depositados, judicialmente, após o reconhecimento da dívida pela parte embargante. Inclusive o próprio requerido requereu a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados, conforme documentos em anexo.

Houve, além disso, a concessão de tutela de urgência suspendendo a execução principal. Vale consignar, ainda, que o concorrente ao cargo de síndico, que saiu vencedor nas eleições, é cônjuge da síndica anterior, em verdadeira sucessão no condomínio pelo eixo central familiar.

Após a eleição do síndico, os Requerentes solicitaram o acesso às atas das assembleias dos dias **XX.XX.XXXX (contas do ano de XXXX que foram reprovadas)** e **XX.XX.XXXX**, sendo que o Requerido, por meio do seu representante legal, recusou fornecer o documento e sequer apresentou justificativa plausível para a recusa. Todavia, vem praticando atos como se síndico fosse, sem que tivesse levado tais atas a registro.

Assim sendo, uma vez há probabilidade de ilegalidade na eleição do atual síndico, a recusa no fornecimento da ata de assembleia pela qual a nova administração foi eleita justifica a presente pretensão judicial de antecipação de provas, determinando que o requerido exhiba em juízo os documentos requeridos, a fim de que, no momento oportuno, e se o caso, seja ajuizada ação declaratória de nulidade do ato com pedido de medida liminar e de prestação de contas.

DO DIREITO

O dever de fornecer as informações solicitadas pelos requerentes está expresso Código Civil, em especial porque é assegurado o direito de voto e participação em assembleias, estando quite, *verbis*:

Art. 1.335. São direitos do condômino:

I - usar, fruir e livremente dispor das suas unidades;

II - usar das partes comuns, conforme a sua destinação, e contanto que não exclua a utilização dos demais possuidores;

III - votar nas deliberações da assembléia e delas participar, estando quite.”.

No âmbito processual a pretensão encontra respaldo no artigo 381 do Código de Processo Civil, sobretudo pela possibilidade de autocomposição entre as partes, *verbis*:

Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:

I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação;

II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.

Nesse sentido já se pronunciou o e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

APELAÇÃO CÍVEL. **PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS.** ART. 381 DO CPC/2015. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. ÔNUS PROCESSUAL DA PARTE QUE ALEGA. PRINCÍPIO DA AQUISIÇÃO DA PROVA.

A exibição de documentos tem por fim a produção de provas ou a obtenção de meio de prova para fins de propositura de ação futura.

No particular, a parte que cita em sua defesa na ação de reconhecimento e dissolução de união estável a existência de bem a ser partilhado, possui o dever processual de demonstrar a respectiva propriedade.

Na dicção do art. 399, do CPC/2015, não se admite recusa na exibição de prova quando a parte alude nos autos documento ou coisa a que pretende fazer prova, possuindo o dever de exibi-los em juízo.

Trata-se, portanto, do princípio da aquisição da prova, pautado na boa-fé processual.

Ademais, o pleito justifica também porque o síndico eleito está praticando atos de administração da coisa comum, podendo admitir e dispensar empregados, efetuar despesas orçamentárias ordinária e extraordinárias, aplicar multas, convocar assembleias, razão pela qual é de interesse dos requerentes o acesso aos documentos, com base no princípio da publicidade a fim de exercer a fiscalização necessária, inerente à própria natureza de condomínio.

A plausibilidade do direito invocado pelos Requerentes está consubstanciada no direito à informação e fornecimento de documentos (ata de assembleia geral) que deriva inclusive da natureza de condômino. Eventual negativa constitui ilegalidade, devendo ser coibida pelo Poder Judiciário.

Portanto, eis os motivos para o deferimento do pedido, a fim de que, em produção antecipada de prova, o Requerido seja obrigado a apresentar cópia da ata da assembleia geral que resultou na eleição do Sr. FULANO DE TAL, como síndico do condomínio requerido para o biênio ANO/ANO, bem como da ata do dia **XX.XX.XXXX**.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, os Requerentes requerem:

- a) o deferimento dos benefícios da justiça gratuita por ser juridicamente hipossuficientes, conforme declarações anexa;
- b) citação do Requerido, cientificando-o da presente demanda, para que faça parte do presente feito de produção antecipada de provas;
- c) Seja deferida a produção antecipada de provas, determinando que o Requerido, no prazo de XX (XXXXXX) dias, em atenção ao seu dever legal, apresente em Juízo cópia das atas das assembleias do dia **XX.XX.XXXX (contas do ano de XXXX que foram reprovadas)** e de **XX.XX.XXXX**, que resultou na eleição do Sr. FULANO DE TAL, como síndico do condomínio requerido para o biênio XXXX/XXXX, sob pena de, não o fazendo, restar caracterizado o abuso/ilegalidade do Requerido, o que embasará futura ação declaração de nulidade de assembleia geral e de prestação de contas;

d) a condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos ao Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal, sendo recolhidos junto ao **XXXXXX**

Dá-se à causa o valor de **R\$ XXXX (XXXXXXX reais)**.

Nestes termos,
Pede deferimento.

XXXXXXXX/XX, XX de XXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL
DE TAL

Analista de Apoio/Mat. XXXXXX
Público do XXXXXX

FULANO

Defensor

1

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDA

FULANO DE TAL, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, nascida em XX/XX/XXXX, PROFISSÃO, RG n.º XXXXXX, SSP/XX, CPF n.º XXXXXXXX, filha de **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**, telefones: (XX) XXXXXX / XXXXXX / XXXXXX, E-MAIL, e **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, nascido em XX/XX/XXXX, portador do RG n. XXXXXX, expedido pelo Ministério da Defesa, e CPF n. XXXXX filho de **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**, ambos residentes e domiciliados na residente na XXXXXXXX, CEP: XXXXX, declaram, com a finalidade de obter a gratuidade da justiça (Lei n.º 1060/50), que não possui condições econômicas e financeiras de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou da família, **estando ciente de que, se falsa for esta declaração, incorrerá nas penas do crime do art.299 do Código Penal (falsidade ideológica), além do pagamento de até 10 (dez) vezes o valor das custas judiciais sonegadas (§ 1º, do art. 4º da Lei n.º 1060/50).**

Declaram, ainda, estar ciente de que, ocorrendo mudança de endereço, esta tem que ser imediatamente comunicada ao juízo.

Outrossim, comprometem-se a comparecerem quinzenalmente ao fórum e/ou à Defensoria Pública para acompanhar ou dar andamento ao processo, ficando ciente de que, nos termos do inc. III do art. 485 do Código de Processo Civil, o processo poderá ser extinto sem julgamento do mérito quando os autores deixarem de promover os atos e diligências que lhe competir.

XXXXXXX-XX, XX de XXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

FULANO DE TAL